

Alerta Legislação nº 9, de 1º a 6 mar. 2021

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.034, DE 1º DE MARÇO DE 2021

Altera a [Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988](#), para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, a [Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995](#), para modificar a concessão da isenção relativa ao Imposto sobre Produtos Industrializados incidente na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência, revoga a tributação especial relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas, e institui crédito presumido da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social para produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação.

LEI Nº 14.122, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.513.700.000,00 (dois bilhões, quinhentos e treze milhões e setecentos mil reais), para o fim que especifica; e dá outras providências.

LEI Nº 14.121, DE 1º DE MARÇO DE 2021

Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (*Covax Facility*) e estabelece diretrizes para a imunização da população. [Mensagem de veto](#).

DECRETO Nº 10.638, DE 1º DE MARÇO DE 2021

Altera o [Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004](#), que reduz as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de aviação.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 465, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

Atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde que estabelece a cobertura assistencial obrigatória a ser garantida nos planos privados de assistência à saúde contratados a partir de 1º de janeiro de 1999 e naqueles adaptados conforme previsto no artigo 35 da [Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998](#); fixa as diretrizes de atenção à saúde; e revoga a Resolução Normativa - RN nº 428, de 7 de novembro de 2017, a Resolução Normativa - RN n.º 453, de 12 de março de 2020, a Resolução Normativa - RN n.º 457, de 28 de maio

de 2020 e a RN n.º 460, de 13 de agosto de 2020.

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 65.545, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Estende a medida de quarentena de que trata o [Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020](#), institui, no âmbito do Plano São Paulo, disciplina excepcional e dá providências correlatas

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 60.107, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a adoção das medidas mais restritivas da Fase Vermelha do Plano São Paulo no âmbito do Município de São Paulo.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

**05/03/2021
(ed. extra)**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.035, DE 5 DE MARÇO DE 2021

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Infraestrutura, no valor de R\$ 275.000.000,00, para os fins que especifica.

04/03/2021

DECRETO Nº 10.643, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Altera o [Decreto nº 9.893, de 27 de junho de 2019](#), que dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

DECRETO Nº 10.642, DE 3 DE MARÇO DE 2021

Altera o [Decreto nº 10.311, de 3 de abril de 2020](#), que institui o Conselho de Solidariedade para Combate à Covid-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos.

03/03/2021

DECRETO Nº 10.641, DE 2 DE MARÇO DE 2021

Altera o [Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018](#), que institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o [Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997](#), que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.

02/03/2021

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.034, DE 1º DE MARÇO DE 2021

Altera a [Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988](#), para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, a [Lei nº 8.989, de 24 de](#)

	fevereiro de 1995, para modificar a concessão da isenção relativa ao Imposto sobre Produtos Industrializados incidente na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência, revoga a tributação especial relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas, e institui crédito presumido da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social para produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação.
01/03/2021	<u>DECRETO Nº 10.638, DE 1º DE MARÇO DE 2021</u> Altera o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de aviação.
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 14.122, DE 3 DE MARÇO DE 2021</u> Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.513.700.000,00 (dois bilhões, quinhentos e treze milhões e setecentos mil reais), para o fim que especifica; e dá outras providências. <u>LEI Nº 14.121, DE 1º DE MARÇO DE 2021</u> Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (<i>Covax Facility</i>) e estabelece diretrizes para a imunização da população. Mensagem de veto. <u>LEI Nº 14.120, DE 1º DE MARÇO DE 2021</u> Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000⁽¹⁾, a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971⁽²⁾, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996⁽³⁾, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002⁽⁴⁾, a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004⁽⁵⁾, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009⁽⁶⁾, a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013⁽⁷⁾, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015⁽⁸⁾, e o Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974⁽⁹⁾; transfere para a União as ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) representativas do capital social da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB) e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep); e dá outras providências. Mensagem de veto. <i>(1) Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.</i> <i>(2) Dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.</i> <i>(3) Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências</i> <i>(4) Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica (...)</i> <i>(5) Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica (...)</i> <i>(6) Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados (...)</i> <i>(7) Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária (...)</i> <i>(8) Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica; institui a bonificação pela outorga (...)</i>

	(9) Altera a redação do artigo 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971 e dá outras providências
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI) <u>PORTARIA GSI/PR Nº 84, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Aprova o Estandarte e o Brasão do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins <u>ATO Nº 10, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Resumo dos pedidos de registro, atendendo os dispositivos legais do artigo 14 do Decreto n. 4074, de 04 de janeiro de 2002 , que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 . – Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas <u>ATO Nº 13, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021</u> (...) Dar publicidade ao resumo dos registros de produtos técnicos e pré-misturas concedidos, conforme previsto no Artigo 14 do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002 .
Ministério da Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MC Nº 612, DE 2 DE MARÇO DE 2021</u> Altera temporariamente as regras sobre tramitação, análise, captação, execução e aprovação dos projetos estabelecidos na Portaria MC nº 123, de 27 de janeiro de 2020, que dispõe "sobre o cadastramento, a admissibilidade e a tramitação dos projetos desportivos ou paradesportivos, bem como a captação, o acompanhamento e o monitoramento da execução e da prestação de contas dos projetos devidamente aprovados, de que tratam a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006 , e o Decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007 , no âmbito do Ministério do Cidadania", em razão de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). <u>PORTARIA MC Nº 611, DE 2 MARÇO DE 2021</u> Concede novo prazo para a Portaria nº 508, de 19 de outubro de 2020, que trata da retomada dos procedimentos de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, face ao estado de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do Coronavírus, Covid-19.
Ministério da Economia	BANCO CENTRAL DO BRASIL <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 4.895, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Atualiza e consolida as regras aplicáveis à fiscalização das operações de crédito rural pelas instituições financeiras e consolida as regras sobre desclassificação e reclassificação.

	<u>RESOLUÇÃO CMN Nº 4.893, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Dispõe sobre a política de segurança cibernética e sobre os requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 4.891, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Define limite global anual para contratação de operações de crédito com os órgãos e entidades do setor público em 2021, a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 4.889, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Dispõe sobre a consolidação do Capítulo 8 (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Pronamp), do Capítulo 9 (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé), do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) e do Capítulo 11 (Programas com Recursos do BNDES) do Manual de Crédito Rural (MCR), em conformidade com o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL <u>PORTARIA PGFN /ME Nº 2.382, 26 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Disciplina os instrumentos de negociação de débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS de responsabilidade de contribuintes em processo de recuperação judicial. <u>PORTARIA PGFN /ME Nº 2.381, 26 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Reabre os prazos para ingresso no Programa de Retomada Fiscal no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e dá outras providências. SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL <u>PORTARIA SGD/ME Nº 2.496, DE 2 DE MARÇO DE 2021</u> Institui o Programa <i>Startup</i> Gov.br e estabelece orientações e procedimentos gerais a serem observados na gestão dos profissionais temporários contratados que atuarão em projetos de Transformação Digital, conforme autorizado pela Portaria SEDDG/ME nº 16.017, de 6 de julho de 2020. SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE <u>PORTARIA SEPEC/ME Nº 1.922, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Aprova a proposta de reformulação orçamentária anual de 2020 do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MJSP Nº 96, DE 1º DE MARÇO DE 2021</u> Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, em apoio à Fundação Nacional do Índio. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

	→ Diretoria de Administração e Gestão <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 1º DE MARÇO DE 2021</u> Altera o art. 22. da Instrução Normativa nº 3/PRES, de 08 de fevereiro de 2021
Ministério do Meio Ambiente	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MMA Nº 78, DE 3 DE MARÇO DE 2021</u> Declara estado de emergência ambiental nas seguintes épocas e regiões específicas. <u>PORTARIA MMA Nº 73, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Torna pública a seleção das unidades de conservação federais da região da Amazônia Legal na primeira etapa do Programa "Adote Um Parque", e fixa valores mínimos de referência.
Ministério de Minas e Energia	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 924, DE 2 DE MARÇO DE 2021</u> Altera o Anexo da Resolução Normativa nº 870, de 2020, que aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 920, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021</u>(*) Aprova os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética - PROPEE e revoga a Resolução Normativa nº 556, de 18 de junho de 2013, o art. 1º da Resolução Normativa nº 830, de 23 de outubro de 2018, e a Resolução Normativa nº 892, de 11 de agosto de 2020. (*) Republicada por ter saído na Edição nº 39, do DOU de 1º/3/2021, Seção 1, página 107, com incorreção no original. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 921, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Estabelece os deveres, direitos e outras condições gerais aplicáveis às outorgas de autorizações a pessoas jurídicas, físicas ou empresas reunidas em consórcio interessadas em se estabelecerem como Produtores Independentes de Energia Elétrica ou Autoprodutores de Energia de Elétrica, tendo por objeto a implantação ou a exploração de central geradora de energia elétrica e revoga a Resolução Normativa nº 389, de 15 de dezembro de 2009, o art. 59 da Resolução Normativa nº 875, de 10 de março de 2020 e os arts. 28, 29 e 30 da Resolução Normativa nº 876, de 10 de março de 2020. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 917, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Estabelece procedimentos relativos ao Cadastro de Inadimplentes com Obrigações Intrassetoriais, bem como disciplina a solicitação e a emissão eletrônica do Certificado de Adimplemento e revoga a Resolução Normativa nº 538, de 5 de março de 2013 e o art. 7º da Resolução Normativa nº 649, de 27 de fevereiro de 2015. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 916, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Estabelece as condições gerais para a incorporação das Demais

	Instalações de Transmissão - DIT no Ativo Imobilizado das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica e revoga a Resolução Normativas nº 758, de 7 de fevereiro de 2017, a Resolução Normativa nº 781, de 22 de agosto de 2017; e a Resolução Normativa nº 810, de 17 de abril de 2018. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 915, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Regulamenta a Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, no que se refere aos limites à exposição humana a campos elétricos e magnéticos originários de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e revoga a Resolução Normativa nº 398, de 23 de março de 2010; a Resolução Normativa nº 413, de 3 de novembro de 2010 e a Resolução Normativa nº 616, de 1º de julho de 2014 <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 914, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Estabelece os procedimentos para a delegação de competências da ANEEL aos Estados e ao Distrito Federal, para a execução de atividades descentralizadas em regime de gestão associada de serviços públicos e revoga a Resolução Normativa nº 417, de 23 de novembro de 2010, a Resolução Normativa nº 522, de 12 de dezembro de 2012, a Resolução Normativa nº 582, de 30 de setembro de 2013 e dá outras providências
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 373, DE 2 DE MARÇO DE 2021</u> Dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico COVID-19, em caráter excepcional e temporário. <u>PORTARIA GM/MS Nº 361, DE 1º DE MARÇO DE 2021</u> Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal de custeio aos municípios que, nas competências financeiras novembro ou dezembro do ano de 2020, possuíam credenciados e implantados Centros Comunitários de Referência para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.444, de 29 de maio de 2020, ou Centros de Atendimento para Enfrentamento da Covid-19, de que trata a Portaria GM/MS nº 1.445, de 29 de maio de 2020. AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 465, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde que estabelece a cobertura assistencial obrigatória a ser garantida nos planos privados de assistência à saúde contratados a partir de 1º de janeiro de 1999 e naqueles adaptados conforme previsto no artigo 35 da Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998; fixa as diretrizes de atenção à saúde; e revoga a Resolução Normativa - RN nº 428, de 7 de novembro de 2017, a Resolução Normativa - RN nº 453, de 12 de março de 2020, a Resolução Normativa - RN nº 457, de 28 de maio de 2020 e a RN nº 460, de 13 de agosto de 2020. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)

	<u>PORTARIA PT Nº 143, DE 3 DE MARÇO DE 2021</u> Aprova o Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PNPCIRAS) - 2021 - 2025 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. <u>PORTARIA PT Nº 142, DE 3 DE MARÇO DE 2021</u> Aprova o Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente em Serviços de Saúde 2021 - 2025 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. <u>RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 473, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998. → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 474, DE 3 DE MARÇO DE 2021</u> (*) Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19. (*) Republicada por incorreção no original, publicado no Diário Oficial da União Edição Extra nº 41-A, de 3 de março de 2021, Seção 1, pág.1. <u>RESOLUÇÃO RDC Nº 474, DE 3 DE MARÇO DE 2021</u> Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 352, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a autorização prévia para fins de exportação de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto farmacêutico acabado destinados ao combate da COVID-19 SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE <u>PORTARIA Nº 170, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021</u> Altera nome e descrição de procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS). SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE <u>PORTARIA Nº 11, DE 4 DE MARÇO DE 2021</u> Institui Câmara Técnica Assessora para contribuir com as ações estratégicas e atividade técnico-científica no âmbito da Secretaria de Atenção Primária à Saúde. <u>PORTARIA Nº 10, DE 3 DE MARÇO DE 2021</u> Institui Câmara Técnica Assessora para ações integradas à Assistência à Gestante e Puérpera no contexto do coronavírus (covid-19).
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF) <u>RESOLUÇÃO Nº 701, DE 26 FEVEREIRO DE 2021</u> Institui a Declaração de Atividade Profissional (DAP).

Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
06/03/2021	<u>LEI Nº 17.332, DE 05 DE MARÇO DE 2021</u> (Projeto de lei nº 636, de 2020, do Deputado Mauro Bragato - PSDB) Institui a Ciclorrota Costa Oeste no Estado e dá outras providências
04/03/2021	<u>DECRETO Nº 65.545, DE 3 DE MARÇO DE 2021</u> Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020 , institui, no âmbito do Plano São Paulo, disciplina excepcional e dá providências correlatas
03/03/2021	<u>DECRETO Nº 65.544, DE 2 DE MARÇO DE 2021</u> Aprova o plano de manejo da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro, criada pelo Decreto nº 53.526, de 8 de outubro de 2008
02/03/2021	<u>DECRETO Nº 65.541, DE 1º DE MARÇO DE 2021</u> Acrescenta dispositivo que especifica ao Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020 (*) (...) Artigo 1º - Fica acrescentado ao rol de atividades consideradas essenciais, previsto no § 1º do artigo 2º do Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, o item 7, com a seguinte redação: "7. atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações sanitárias." (...) (*) <i>Decreto quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências complementares.</i>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Econômico (SDE)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO GS/SDE - 1, DE 5-3-2021</u> Regulamenta o pagamento da bolsa-auxílio aos matriculados nos cursos do Programa de Qualificação Profissional e de Transferência de Renda Via Rápida, na modalidade Via Rápida Emprego
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC-32, DE 5-3-2021</u> Altera a Resolução Seduc - 11, de 26-01-2021, que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica para o ano letivo de 2021, nos termos do Decreto Estadual 65.384/2020 e dá providências correlatas

	<u>RESOLUÇÃO SEDUC-30, DE 2-3-2021 (REPUBLICADO)</u> Autoriza a utilização de serviço móvel celular pelos alunos da rede pública estadual e dá providências correlatas
Fazenda e Planejamento (SFP)	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) ↳ Subcoordenadoria de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento ↳ ↳ Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Recuperação de Dívida <u>COMUNICADO DICAR-22, DE 1º-3-2021</u> O Diretor de Arrecadação, Cobrança e Recuperação de Dívida comunica às Prefeituras dos Municípios do Estado de São Paulo relacionados no anexo I que devem providenciar o cadastramento da conta bancária para repasse dos valores das multas aplicadas pelo município a veículos de outras unidades federativas e não repassados pelo Sistema RENAINF, em virtude de o veículo ter sido transferido para o Estado de São Paulo. <u>COMUNICADO DICAR-21, DE 1º-3-2021</u> Divulga valores arrecadados a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, por região administrativa do Estado, relativamente ao mês de fevereiro de 2021. <u>COMUNICADO DICAR-20, DE 1º-3-2021</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-03-2021 para os débitos de Multas Infracionais do ICMS. <u>COMUNICADO DICAR-19, DE 1º-3-2021</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-03-2021 para os débitos de ICMS. <u>COMUNICADO DICAR-18, DE 1º-3-2021</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-03-2021 para os débitos de Multas Infracionais de Taxas. <u>COMUNICADO DICAR-17, DE 1º-3-2021</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-03-2021 para os débitos de Taxas. <u>COMUNICADO DICAR-16, DE 1º-3-2021</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-03-2021 para os débitos de Multas Infracionais do IPVA e do ITCMD <u>COMUNICADO DICAR-15, DE 1º-3-2021</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-3-2021 para os débitos de ITCMD e de IPVA. ↳ ↳ Diretoria de Atendimento, Gestão e Conformidade <u>COMUNICADO DIGES-2, DE 2-3-2021</u> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo

Justiça e Cidadania (SJC)	FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON) <u>PORTARIA NORMATIVA-63, DE 5-3-2021</u> Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais
Projetos, Orçamento e Gestão (SPOG)	SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) → Diretoria de Benefícios Militares → → Gerência de Pensões Militares <u>DESPACHO DO DIRETOR, DE 5-3-2021</u> Exclusão de Habilitação por Falecimento Ref.: Fevereiro - Exercício 2021 (...)
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (CPGE) <u>COMUNICADO</u> A Secretaria do Conselho da Procuradoria Geral do Estado, em cumprimento ao disposto no artigo 11 do <u>Decreto estadual 54.345, de 18-05-2009</u> , comunica que estão abertas as inscrições para o concurso de promoção na Carreira de Procurador do Estado, correspondente às condições existentes em 31-12-2020.
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS -37, DE 5-3-2021</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde que especifica, a serem destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Covid -19, (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS - 36, DE 3-3-2021</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde que especifica, a serem destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Covid-19, (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS- 35, DE 1-3-2021</u> Constitui Grupo de Trabalho para apoio ao desenvolvimento da Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC, nos termos constantes do Objetivo 3, do Plano Estadual de Saúde PES 2020/2023, e para subsídio à elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE-SP, e dá providências correlatas COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS (CCD) → Grupo de Gerenciamento Administrativo <u>PORTARIA CCD-6, DE 26-2-2021</u> Estabelece os critérios para a realização da vigilância Epigenômica do SARS-CoV-2 no Estado de São Paulo COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS) <u>DELIBERAÇÃO, DE 5-3-2021</u> A Comissão Intergestores Bipartite de São Paulo – CIB/SP, em sua 308ª reunião ordinária realizada em 11-02-2021 aprova a distribuição do recurso financeiro em pauta utilizando-se os

	seguintes critérios e parâmetros abaixo descritos: (...)
Defensoria Pública do Estado (DPE)	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DPG-187, DE 5-3-2021</u> Altera o Ato Normativo DPG 180 de 22-07-2020 e dá outras providências (...) Art. 1º. Acrescente-se o parágrafo único ao artigo 19 do Ato Normativo DPG 180 de 22-07-2020, que passará a ter a seguinte redação: Artigo 19. A depender das circunstâncias concretas, por insuperáveis razões de saúde pública, as Subdefensorias Públicas-Gerais poderão, excepcionalmente, determinar a suspensão temporária da realização de atividades presenciais em específicas Unidades ou Núcleos Especializados, hipótese em que o atendimento ao público será prestado exclusivamente de maneira remota. (...) <u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 4-3-2021</u> Regulamenta a atuação da Defensoria Pública em grandes eventos ou manifestações populares no Estado de São Paulo, na orientação jurídica e defesa de direitos da população
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
06/03/2021	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 128, DE 2021</u> Autoriza o Poder Executivo Estadual a adquirir, em caso de insuficiência de vacinas pela União, vacinas contra a COVID-19. DOE, Legislativo, 06/03/2021, p. 8 <u>PROJETO DE LEI Nº 127, DE 2021</u> Institui a "Política Pública para Prevenção e Tratamento da Doença de Alzheimer", no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 06/03/2021, p. 8
05/03/2021	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 125, DE 2021</u> Autoriza o Governo de São Paulo a criar, ao menos em cada uma das regiões metropolitanas do Estado, unidade de atendimento veterinário para animais de estimação de pequeno porte e assemelhados. DOE, Legislativo, 05/03/2021, p. 6 PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 2021</u> Susta os efeitos do Decreto nº 65.545 de 3 de março de 2021, que estende a medida de quarente de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, institui, no âmbito do Plano São Paulo,

	disciplina excepcional de dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 05/03/2021, p. 7 <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 2021</u> Acrescenta os incisos XVI e XVII ao artigo 14 do DECRETO Nº 52.860, de 02 de abril de 2008, que regulamenta a contribuição previdenciária dos militares do serviço ativo, da reserva remunerada, reformados, agregados e respectivos pensionistas, nos termos da Lei Complementar nº 1.013, de 6 de julho de 2007, e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 05/03/2021, p. 6
04/03/2021	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 124, DE 2021</u> Mensagem A-nº 017/2021 do Senhor Governador do Estado (...) Altera a Lei nº 10.321, de 08 de junho de 1999, que cria o Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego. (...) DOE, Legislativo, 04/03/2021, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 123, DE 2021</u> Dispõe sobre a utilização dos recursos provenientes das multas administrativas aplicadas pelo Poder Público aos estabelecimentos comerciais por conta do enfrentamento ao COVID-19 em todo o Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 04/03/2021, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 122, DE 2021</u> Dispõe sobre a obrigação das escolas públicas fornecerem, no mínimo, uma unidade de pão francês por aluno, em cada turno, nas escolas públicas estaduais. DOE, Legislativo, 04/03/2021, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 121, DE 2021</u> Institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas nas Universidades, Faculdades e Escolas Técnicas Estaduais para estudantes filhos de policiais militares, civis e penais mortos ou incapacitados em razão do serviço. DOE, Legislativo, 04/03/2021, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 120, DE 2021</u> Dispõe sobre a aplicação de sanções administrativas contra a conduta de simular a aplicação de vacina no Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 04/03/2021, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 119, DE 2021</u> Acrescenta o Art. 28-A à Lei nº 17.286, de 20 de agosto de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021. DOE, Legislativo, 04/03/2021, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 118, DE 2021</u> Estabelece a suspensão temporária de atividades, como meio de combate ao contágio do Covid-19, o pagamento de auxílio emergencial, e dá providências correlatas.

	DOE, Legislativo, 04/03/2021, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 117, DE 2021</u> Institui o Programa Reage São Paulo de enfrentamento às consequências da pandemia de COVID-19 e dá outras providências. DOE, Legislativo, 04/03/2021, p. 12 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA ATO GP Nº 04/2021 SEI Nº 0003260/2021-70 Dispõe sobre a suspensão do julgamento e dos prazos de processos físicos e dá outras providências. (...) DOE, Legislativo, 04/03/2021, p. 18
03/03/2021	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 115, DE 2021</u> Torna obrigatória a limpeza e a higienização de carrinhos e cestos de compras em hipermercados, supermercados, atacadões e estabelecimentos similares DOE, Legislativo, 03/03/2021, p. 16 <u>PROJETO DE LEI Nº 114, DE 2021</u> Regulamenta a aplicação da sanção de prestação de serviços à comunidade, nos termos do art. 112, II, do Código Sanitário do Estado, para quem for flagrado descumprindo as medidas de restrição impostas em decorrência da pandemia de Covid-19. DOE, Legislativo, 03/03/2021, p. 15 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 12/2021</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna pública a relação de órgãos ou entidades que de acordo com o disposto no artigo 103 da Lei Complementar 709, de 1993, estão proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios até que regularizem sua situação perante este Tribunal: (...) DOE, Legislativo, 03/03/2021, p. 27
02/03/2021	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 2, DE 2021</u> Altera dispositivos da Lei Complementar nº 1.036, de 11 de janeiro de 2008, que institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 02/03/2021, p. 12 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 113, DE 2021</u> Institui a Política Estadual de Transparência em Obras Públicas

(PETOP) e dá outras providências.
[DOE, Legislativo, 02/03/2021, p. 14](#)

PROJETO DE LEI Nº 112, DE 2021

Dispõe sobre o atendimento dos pedidos de serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Protestos de Títulos e outros Documentos de Dívida por meio de Centrais de Serviços Eletrônicos no Estado de São Paulo e dá outras providências.
[DOE, Legislativo, 02/03/2021, p. 13](#)

PROJETO DE LEI Nº 111, DE 2021

Impede, no Estado de São Paulo, a decretação de fechamento de estabelecimentos comerciais em decorrência da pandemia do Covid-19 sem reunião prévia com representantes dos empregadores e empregados dos setores de alimentação, restaurantes, bares, turismo, eventos, hotelaria, lojistas, profissionais liberais, *shopping centers*, mercados, atacadistas, lojas de conveniência, parques temáticos, cooperativas de crédito, bem como com representante da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
[DOE, Legislativo, 02/03/2021, p. 13](#)

PROJETO DE LEI Nº 110, DE 2021

Tipifica o porte de drogas ilícitas como infração administrativa com imposição de multa.
[DOE, Legislativo, 02/03/2021, p. 13](#)

PROJETO DE LEI Nº 109, DE 2021

Institui o "Programa Estadual de Apoio a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e *Startups*", no Estado de São Paulo.
[DOE, Legislativo, 02/03/2021, p. 13](#)

PROJETO DE LEI Nº 108, DE 2021

Autoriza o Poder Executivo a adquirir imunizantes contra a Covid-19 quando não ofertada de maneira suficiente pelo "Plano Nacional de Imunização" e havendo demanda no Estado de São Paulo.
[DOE, Legislativo, 02/03/2021, p. 13](#)

PROJETO DE LEI Nº 107, DE 2021

Declara patrimônio arquitetônico, social e cultural o Hospital Infantil Darcy Vargas, e dá providências correlatas.
[DOE, Legislativo, 02/03/2021, p. 13](#)

PROJETO DE LEI Nº 106, DE 2021

Institui a Política de Dados Abertos do Estado de São Paulo.
[DOE, Legislativo, 02/03/2021, p. 12](#)

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2021

Altera o §1º do artigo 112 da [Resolução - ALESP Nº 576, de 26 de junho de 1970](#) - Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
[DOE, Legislativo, 02/03/2021, p. 14](#)

PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 2021

Susta os efeitos do [Decreto nº 65.540 de 25 de fevereiro de 2021](#), que acrescenta dispositivo ao [Decreto nº 64.994, de 28 de maio de](#)

	2020 , e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 02/03/2021, p. 14
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
06/03/2021	<u>DECRETO Nº 60.108, DE 5 DE MARÇO DE 2021</u> Introduz alterações na avaliação de desempenho individual e institucional dos servidores lotados na Secretaria Municipal da Saúde e no Hospital do Servidor Público Municipal, referente ao ciclo de 2020.
04/03/2021	<u>DECRETO Nº 60.107, DE 3 DE MARÇO DE 2021</u> Dispõe sobre a adoção das medidas mais restritivas da Fase Vermelha do Plano São Paulo no âmbito do Município de São Paulo.
02/03/2021	<u>DECRETO Nº 60.101, DE 1º DE MARÇO DE 2021</u> Prorroga até 15 de março de 2021 os períodos de suspensão dos prazos a que se referem o inciso VII do “caput” do artigo 12 e o artigo 20, ambos do Decreto nº 59.283, 16 de março de 2020 , em decorrência da pandemia de COVID-19.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-d89d57b7f41d>